

Regimento

Departamento de Educação Especial

Ano letivo 2015-2016

Objetivo e Grupo Alvo da Educação Especial

1 - A educação especial tem por objetivo a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

2 - A educação especial tem como grupo alvo os alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

3 - O Agrupamento de Escolas apresenta ainda, uma resposta educativa especializada, designada de Unidade de apoio à multideficiência.

Artigo 1º

Composição

1 - O Grupo de Educação Especial é constituído por 5 docentes especializados do grupo de recrutamento 910; e ainda por 4 docentes também especializados, 2 contratados, um do quadro de Agrupamento ao qual lhe foram atribuídas funções de educação especial especial a tempo inteiro e outro a tempo parcial.

- 1- Sempre que o Departamento o entenda por conveniente poderão participar nas suas reuniões outras entidades de reconhecida competência no âmbito destas disciplinas.

Artigo 2º

Competências dos Docentes do Departamento de Educação Especial

1 - Sem prejuízo das outras atribuições que lhes estão cometidas na legislação em vigor, nomeadamente, no Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro, compete aos docentes do grupo de Educação Especial:

- a) Promover a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- b) Desencadear os procedimentos considerados necessários após a referenciação aos órgãos de administração e gestão do agrupamento, das crianças e jovens que eventualmente necessitem dos serviços de Educação Especial;
- c) Avaliar as crianças referenciadas de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF);
- c) Elaborar relatórios técnico-pedagógicos, onde sejam identificadas as razões que

determinam as necessidades educativas especiais do aluno;

- d) Colaborar na elaboração do Programa Educativo Individual, conjunta e obrigatoriamente com o respectivo coordenador (docente do grupo ou turma do Pré-Escolar ou do 1º Ciclo/ Director de Turma do 2º e 3º Ciclos), encarregados de educação e, sempre que se considere necessário, os restantes intervenientes no processo educativo;
- e) Prestar apoio pedagógico personalizado no reforço e desenvolvimento de competências específicas sempre que a gravidade da situação dos alunos e a especificidade das competências a desenvolver o justifiquem;
- f) Colaborar no acompanhamento do Programa Educativo Individual, avaliando a implementação das medidas educativas, pelo menos em cada um dos momentos da avaliação sumativa interna da escola;
- g) Colaborar com o coordenador do Programa Educativo Individual, o Psicólogo, os docentes e técnicos que acompanham o aluno, na elaboração de um relatório circunstanciado no final do ano lectivo;
- h) Participar na elaboração do Plano Individual de Transição, que deverá promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária;
- i) Analisar situações de alunos que vão sendo propostos, ao longo do ano para Apoio Educativo
- j) Encaminhar para os apoios disponibilizados pela escola os alunos cujas necessidades educativas não justifiquem a intervenção dos serviços da Educação Especial;
- k) Colaborar com as Associações de Pais, Instituições de Solidariedade Social e outras Associações vocacionadas para a educação e apoio aos alunos com NEE;
- m) Desenvolver e acompanhar a aplicação de medidas educativas que visem promover a aprendizagem e a participação dos alunos, de acordo com o Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro;
- n) Colaborar na identificação de respostas específicas diferenciadas a alunos surdos, cegos, com baixa visão, com perturbação do espectro do autismo e multideficiência;
- o) Assegurar a criação de ambientes educativos estruturados, securizantes, significativos e ricos em comunicação;
- p) Incluir no Projecto Educativo do Agrupamento, as adequações relativas ao processo de ensino aprendizagem, com vista a assegurar a maior participação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, nas actividades de cada grupo ou turma e da comunidade escolar em geral;
- q) Orientar e assegurar em conjunto com a Diretora o desenvolvimento dos Currículos Específicos Individuais

2. São ainda competências do departamento de educação especial sem prejuízo do que foi referido anteriormente:

- a) Elaborar o Plano Anual de Atividades;
- b) Elaborar o Regimento de Funcionamento do Departamento, adaptando todos os anos o seu funcionamento
- c) Sensibilizar os docentes do ensino regular para o processo de elegibilidade dos alunos que requerem intervenção de Educação Especial;
- d) Avaliar os alunos referenciados, conjuntamente com os contributos de outros intervenientes internos / externos à Escola;
- e) Elaborar um relatório técnico-pedagógico, onde sejam identificadas as razões que determinam ou não as necessidades educativas do aluno e a sua tipologia, bem como os resultados decorrentes da avaliação, obtidos por referência à CIF (Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde) e ainda a proposta de medidas educativas;
- f) Determinar os apoios especializados, as adequações do processo de ensino/aprendizagem e das tecnologias de apoio de que os alunos deverão beneficiar;
- g) Colaborar com outros intervenientes no processo educativo, como sejam, o docente do grupo ou turma, o diretor de turma e encarregado de educação, na elaboração do programa educativo individual;
- g) Colaborar com os Órgãos de Gestão, no desenvolvimento das medidas previstas no Decreto-lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, relativo a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.
- h) Colaborar com outras estruturas e serviços de forma a dar resposta às necessidades educativas dos alunos ao abrigo do referido Decreto-lei.
- i) Discutir e emitir parecer sobre propostas legislativas, livros técnicos, materiais didáticos ou outra documentação que eventualmente exista ou venha a surgir e cuja implementação, aquisição e utilização se destine a promover as melhores respostas aos alunos com necessidades educativas especiais;
- k) Colaborar com a direção do Agrupamento no levantamento das situações mais complexas relativas a alunos que ingressem pela primeira vez no sistema educativo, ou que transitem de ciclo com vista à elaboração da rede de apoios educativos para o ano lectivo seguinte.

Artigo 3º

Funcionamento

1. Reuniões

- a) O Departamento de Educação Especial reúne obrigatoriamente uma vez por mês, na primeira quinta-feira de cada mês, na sede do Agrupamento, e extraordinariamente sempre que seja convocada pelo coordenador, por sua iniciativa ou por solicitação de dois terços dos seus membros, ou sempre que haja um pedido de parecer do Conselho

Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa

Pedagógico ou do Diretor.

- b) As reuniões terão a duração de duas horas.
- c) As convocatórias serão da responsabilidade do coordenador. Será elaborado o calendário no início do ano, aprovado pelo Diretor.
- d) As deliberações serão tomadas por voto nominal, devendo votar primeiramente os membros do grupo e, por fim, coordenador. As deliberações são tomadas por maioria ou por unanimidade dos membros presentes.
- e) No caso de empate na votação, coordenador do departamento tem voto de qualidade.
- f) De cada reunião será lavrada uma ata, que conterá o resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros ausentes, os assuntos apreciados e as deliberações tomadas.
- g) As atas são lavradas por cada um dos elementos do departamento rotativamente por ordem alfabética.
- h) As atas serão lidas e aprovadas no início da reunião seguinte, sendo assinadas pelo coordenador, pelo secretário e posteriormente pelo Diretor.
- j) As faltas às reuniões correspondem a dois tempos letivos, salvo se não tiver outro serviço distribuído para esse mesmo dia, correspondendo, então, a um dia de serviço.
- j) As faltas devem ser registadas na folha de presenças que, depois de rubricada pelo coordenador do Departamento de Educação Especial, deve ser fotocopiada e entregue pelo coordenador nos Serviços Administrativos do Agrupamento, num prazo máximo de 24 hora.

Artigo 4º
Coordenação

A Coordenação do Departamento de Educação Especial é realizada por um dos Docentes de Educação Especial em exercício efetivo de funções no Agrupamento.

Sem prejuízo de todas as competências expressas nos diferentes diplomas legais em vigor ou a vigorar, compete ao coordenador do Departamento de Educação Especial:

- a) Colaborar com os órgãos de gestão e coordenação pedagógica;
- b) Representar, em Conselho Pedagógico, o parecer maioritário do grupo;
- c) Informar os membros do grupo das matérias tratadas no Conselho Pedagógico;
- d) Convocar e presidir às reuniões do grupo;
- e) Informar os Serviços Administrativos das faltas dos professores às reuniões.
- f) Proceder à organização do dossier técnico Pedagógico de acordo com orientações estipuladas pelo agrupamento adaptadas á especificidade do mesmo.
- g) Refletir e procurar com os membros do grupo uma uniformização de competências, métodos, recursos e critérios de avaliação;
- h) Promover a troca de experiências e a cooperação entre os elementos que compõem o grupo disciplinar;
- i) Participar e colaborar, sempre que se justifique na reformulação/elaboração de documentos que contribuam para a melhoria do trabalho do grupo disciplinar;

Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa

- j) Promover a qualidade educativa auxiliando todos os membros do grupo e, em especial, os professores com menos experiência;
- k) Assegurar e promover a articulação entre o Departamento e os Departamentos Curriculares e outras Estruturas de Orientação Educativa ou serviços do Agrupamento ou da Comunidade, nomeadamente na análise e desenvolvimento de medidas de orientação pedagógica e de estratégias de diferenciação pedagógica;
- l) Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia do Agrupamento;
- m) Propor ao Conselho Pedagógico a adopção de medidas destinadas a melhorar as aprendizagens dos alunos;
- n) Elaborar o relatório crítico anual do trabalho desenvolvido pelo Departamento;
- o) O coordenador do departamento de Educação Especial tem direito a uma redução horária para o desempenho das competências inerentes ao cargo.
- p) A redução referida deverá ser registada no horário do coordenador, a fim de nesses tempos poder coordenar estratégias e procedimentos, entre outros assuntos, com os Docentes da Educação Especial.
- q) A atribuição da redução, da responsabilidade do Diretor, observando, como critérios para a sua atribuição, o número de Docentes da Educação Especial e o número de tempos ou períodos contemplados na legislação para atividades de Coordenação.

Artigo 5º

Crítérios para distribuição de serviço

Na distribuição do serviço deve-se ter em conta:

- 1. O que está estipulado no relatório de final de ano ao abrigo Ponto 3 do artigo 13º Decreto-lei 3/2008, de 7 de Janeiro
- 2. Os recursos existentes no ano letivo em questão
- 3. Deve priorizar-se os casos mais complicados nomeadamente os que lhe foi aplicada a medida de currículo específico individual.
- 4. Do leque dos alunos a apoiar poderão alguns alunos ficar com um atendimento indireto no âmbito da educação especial dependendo das medidas que usufrui.

Artigo 6º

Disposições Gerais

Procedimentos de referenciação e avaliação

A referenciação e avaliação de crianças e jovens que eventualmente necessitem da intervenção dos Serviços Especializados de Apoio Educativo efectua-se nos termos dos art.5º, 6º e 7º do Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro, de acordo com os seguintes procedimentos:

Processo de referenciação

A referenciação é feita mediante o preenchimento da Ficha de Caracterização correspondente ao nível de educação ou ensino que a criança ou aluno frequenta.

O preenchimento da referida ficha é da responsabilidade do docente titular do grupo/turma, entregue nos serviços administrativos, para despacho do senhor diretor para o departamento de educação especial.

Artigo 7º

Modalidades de apoio pedagógico personalizado

1.Existem dois tipos de Apoio Pedagógico personalizado:

- a) Apoio pedagógico personalizado dado pelo professor da área curricular, de acordo com as prioridades estabelecida em pedagógico: 1ª Prioridade de apoio – Alunos a usufruir de medidas educativas ao abrigo do Decreto-Lei 3 de 2008 de 7 de janeiro; 2ª Prioridade de apoio – Alunos sujeitos a um processo de referenciação ao abrigo do Decreto-Lei 3 de 2008

Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa

de 7 de janeiro e ainda alunos a usufruir de um Plano de Acompanhamento – Alunos com Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem; 3ª Prioridade - Alunos com Dificuldades de Aprendizagem.

- b) Apoio pedagógico personalizado dado pelo professor de educação especial para reforço de competências específicas

Atividades/estratégias

1. Para dar cumprimento aos programas curriculares, elaborámos propostas de solução para os alunos, de acordo com as necessidades específicas de cada um. Na nossa atividade docente, seguimos as orientações legais, nomeadamente o Decreto-Lei 3 de 2008 de 7 de janeiro e os cadernos de apoio a esse documento.

Assim as atividades e estratégias a desenvolver são:

- a. Fornecer à criança os pré-requisitos para a aprendizagem;
 - b. Apresentar tarefas, tendo em conta gradação das dificuldades;
 - c. Estabelecer a ligação com a escola regular, a família e o meio envolvente;
 - d. Tornar as aprendizagens diversificadas, integradoras e significativas para a criança;
 - e. Desenvolver no aluno a criatividade e a capacidade de adaptação a situações novas;
 - f. Respeitar as diferenças individuais;
 - g. Desenvolver no aluno a autonomia a todos os níveis;
 - h. Promover a autoconfiança na criança;
 - i. Tornar a sala de aula num espaço onde a criança se sinta bem, goste de estar e aprender;
 - j. Criar um clima de abertura e amizade;
 - k. Utilizar técnicas inovadoras;
2. Introduzir as novas tecnologias na prática pedagógica. Atendendo a que as crianças são possuidoras de diferentes motivações e desenvolvimentos cognitivos, tentamos adequar, o mais possível, os conteúdos programáticos às vivências e necessidades de cada um. Para que os alunos realizem aprendizagens de acordo com os programas curriculares, as atividades terão em conta a adaptação dos currículos à realidade do processo ensino-aprendizagem, respeitando o ritmo de cada criança.

CAPÍTULO V

(Direitos e Deveres dos Membros do Departamento)

Artigo 8º

Direitos dos membros

Cada membro do Departamento tem direito a:

1. Ser respeitado na sua pessoa e ideias;
2. Poder expressar-se livremente, expor as suas ideias e manifestar as suas opiniões, dentro das normas da liberdade e respeito mútuo;
3. Apresentar críticas e/ou sugestões de atividades que melhor se coadunem com as necessidades da comunidade educativa;
4. Ter acesso a toda a documentação emanada do Ministério da Educação ou de outras entidades com interesse para a Escola;
5. Tomar conhecimento, de preferência previamente, de toda a documentação que se relacione com a atividade docente e sujeita a discussão em Departamento;

Artigo 9º

Deveres dos membros

Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa

É dever de cada elemento do Departamento:

1. Ter atitudes de dignidade e civismo;
2. Participar nas reuniões e ser pontual;
3. Colaborar no bom funcionamento do Departamento;
4. Conhecer a legislação escolar em vigor;
5. Ser discreto e não propalar assuntos debatidos e/ou analisados nas reuniões;

Capítulo VI

(Disposições Finais)

Artigo 10º

- 1- O presente Regimento será revisto e rectificado sempre que a isso a lei o obrigue e/ou houver necessidade.
- 2- Os casos não previstos neste Regimento serão regulados pelo Regulamento Interno, assim como, pela Lei Geral e Normativos em vigor.

DISPOSIÇÕES FINAIS

As situações omissas serão analisadas pelos professores de Educação Especial de imediato a fazer parte do presente regimento.

Este regimento será reformulado sempre que houver necessidade desde que aprovado pela maioria dos docentes. Todos os elementos estão obrigados ao cumprimento do presente Regimento.

Felgueiras, Setembro de 2014

A Coordenadora de educação especial

Ernestina Fernanda Pinto Pereira

O Diretor

António Carvalho e Sousa